



4673

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO I

ANO XII — N.º 449

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 11 DE JULHO DE 1957

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessão conjunta para apreciação de "veto"

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3.º, da Constituição Federal, e do artigo 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta realizar-se no dia 23 de Julho, às 21 horas, no edifício da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 1.389, de 1956, na Câmara dos Deputados, e n.º 9, de 1957, no Senado Federal) que concede o auxílio de Cr\$ 500.000,00 à Escola Gratuita de Alfabetização "Champanhat".

Senado Federal, em 27 de Junho de 1957.

Senador Freitas Cavalcanti

2.º Secretário, no exercício da Presidência.

Convocação de sessão conjunta para apreciação de "veto"

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3.º, da Constituição Federal, e do artigo 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 25 do corrente mês, às 21 horas, no edifício da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 3.140, de 1953, na Câmara dos Deputados, e n.º 175, de 1956, no Senado Federal) que passa à situação de reformados os asilados das Forças Armadas e dá outras providências.

Senado Federal, em 2 de Julho de 1957.

Senador Vitorino Freire

3.º Secretário, no exercício da Presidência.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Mesa

Presidentes — Ulisses Guimarães.
Primeiro Vice-Presidente — Flores da Cunha.
Segundo Vice-Presidente — Godofredo Ilha.
Primeiro Secretário — Wilson Fadul.
Segundo Secretário — Nisemor Silva.
Terceto Secretário — Rocha Loures.
Quarto Secretário — Miguel Leuzzi.
Primeiro Suplente — Mendonça Braga.
Segundo Suplente — Pereira da Silva.
Terceto Suplente — Dix-huit Resado.
Quarto Suplente — Oceano Carneal.
Secretário — Nestor Massena, Secretário Geral da Presidência.
Reunião — As quintas-feiras, às 19 horas.

Líderes e Vice-Líderes.

DA MAIORIA

Vieira de Melo — Líder.
Luiz Compagnoni — Vice-Líder.

Emílio Carlos — Vice-Líder.
Leoberto Leal — Vice-Líder.
Hugo Napoleão — Vice-Líder.
José Joffily — Vice-Líder.
Armando Faicão — Vice-Líder.

DA MINORIA

Batista Ramos — Líder.
Manoel Novais — Vice-Líder (PR).
Chagas Rodrigues — Vice-Líder.
Sérgio Magalhães — Vice-Líder.
Aarão Steinbruch — Vice-Líder.
Josué de Souza — Vice-Líder.
Ari Pitombo — Vice-Líder.
Dilermando Cruz — Vice-Líder (PR).
Roxo Loureiro — Vice-Líder (PR).
Armando Rolemberg — Vice-Líder (PR).

DO BLOCO PARLAMENTAR DA OPOSIÇÃO

Afonso Arinos — Líder.
Nestor Duarte — Vice-Líder.
Ernani Satyro — Vice-Líder.
Luís Garcia — Vice-Líder.
Herbert Levy — Vice-Líder.
Ivan Bichara.

DOS PARTIDOS PSD

Vieira de Melo — Líder.
Clá Carvalho — Vice-Líder.

Amaury Pedrosa — Vice-Líder.
Jefferson Aguiar — Vice-Líder.
Mario Gomes — Vice-Líder.
Nonato Marques — Vice-Líder.
Otacílio Negrão — Vice-Líder.

UDN

Carlos Lacerda — Líder.
Adahil Barreto — Vice-Líder.
Corrêa da Costa — Vice-Líder.
Newton Carneiro — Vice-Líder.
Mário Martins — Vice-Líder.
Rui Santos — Vice-Líder.
Mário Guimarães — Vice-Líder.

P'B

Batista Ramos — Líder.
Chagas Rodrigues — Vice-Líder.
Sérgio Magalhães — Vice-Líder.
Aarão Steinbruch — Vice-Líder.
Josué de Souza — Vice-Líder.
Florianô Rubim — Vice-Líder.
Clá Campelo — Vice-Líder.
Azis Maron — Vice-Líder.
Gabriel Hermes — Vice-Líder.

PSP

Ferreira Martins — Líder.
Lourival Almeida — Vice-Líder.

Virgílio Santa Rosa — Vice-Líder.
Galvão de Medeiros — Vice-Líder.

PR

Manoel Novais — Líder.
Dilermando Cruz — Vice-Líder.
Roxo Loureiro — Vice-Líder.
Armando Rolemberg — Vice-Líder.

PL

Raul Pila — Líder.
Nestor Duarte — Vice-Líder.

PRP

Ponciano dos Santos — Líder.
Nestor Pereira — Vice-Líder.

PSB

Rogé Ferreira — Líder.
Aurélio Viana — Vice-Líder.

PDC

Artur Câmara — Líder.
Alfredo Palermo — Vice-Líder.

PTN

Emílio Carlos — Líder.

PRT

Bruxi Mendonça — Líder.

rações do "Dia do Compositor Musical".

E nesse sentido estou apresentando projeto que autoriza o Poder Executivo, pelo Ministério da Educação e Cultura, a abrir o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para a comemoração do "Dia do Compositor Musical".

O texto desse projeto é o seguinte: "Artigo 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), para auxiliar as comemorações do "Dia do Compositor" em 1957-1958, promovidas pelo Sindicato dos Compositores Musicais do Rio de Janeiro.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

Senhor Presidente: Não fosse o limitado tempo de que disponho nesta tribuna, desejaria fazer algumas considerações sobre o projeto que institui o Fundo da Frota Mercante, o Fundo da Frota Mercante Particular; a Taxa de Renovação da Frota Mercante do Estado, a Taxa de Renovação da Frota Mercante Particular. Está o projeto na "Ordem do Dia" e aguardarei a oportunidade para a apresentação de um substitutivo ao mencionado Projeto. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

— Passa-se ao grande expediente. Tem a palavra o Sr. Josué de Castro, por delegação do Líder da Maioria.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO:

(Como Líder da Maioria) — Senhor Presidente, Senhores Deputados, na consciência do povo brasileiro, na grande massa daqueles que, livres das paixões partidárias, procuram entender os problemas da Nação e acompanhar a sua marcha com o interesse de patriotas, deve causar uma certa estranheza e uma verdadeira perplexidade a inopinada campanha desencadeada contra o Governo do Senhor Juscelino Kubitschek, acusado de interferir, de maneira indebita, excessiva e prejudicial na economia da Nação, asfixiando a sua marcha e a sua expansão.

Deve causar, dizia eu, perplexidade e estranheza a campanha, pelo inopinado com que foi lançada, e também pela falta de consistência com que se formula tão grave acusação sem se exibir, ao lado da mesma, nenhuma documentação que demonstre a sua procedência. Não me consta de qualquer ato do Governo, que justificasse esta brusca tomada de posição de certos grupos, em atacá-lo violentamente, de maneira acerba, de maneira intencional, acusando-o de dirigismo econômico excessivo.

Esta perplexidade, esta estranheza pela insistência dos slogans que são usados; pela repetição desses slogans, martelando a consciência coletiva; como a querer nela incutir a força alguma coisa que não encontra eco na opinião pública brasileira, fazem com que de muitos setores se levante a suspeita de que haja alguma outra razão oculta que tenha sido a motivação desta campanha.

Dai a necessidade de que se faça uma análise objetiva desse problema, de que se o analise friamente sem paixões partidárias, de maneira clara e concisa, a fim de verificarmos alguns aspectos que possam trazer a esse desassossego público criado por semelhante campanha, a necessária serenidade para o prosseguimento das atividades criadoras da Nação. Na verdade, saíram os propugnadores dessa campanha pelas ruas e pelas cidades do Brasil, a gritarem que há fogo, que há incêndio, desassossegando, criando tumulto e inquietação sem pre-

clarar onde está o fogo, onde está o incêndio. Não passa de um falso alarme essa campanha que até agora tem sido feita com muitas palavras, com inumeráveis torrentes de palavras, enchendo páginas e páginas de austeros órgãos da imprensa brasileira. Mas, escorrendo-se, apertando-se bem o teor dessas palavras, nada se encontra além do seu seco verbalismo maliciosamente manipulado para impressionar os mais ingenuos, deixando entretanto ler nas entrelinhas as razões ocultas dessa campanha tão violenta e tão sem fundamento. É preciso, pois, neste esclarecimento a que me proponho nesta hora, analisarmos até onde vai a sinceridade de propósitos daqueles que desencadearam essa campanha. E digo sinceridade de propósitos, na defesa do interesse público invocado, porque talvez se possa provar que eles estão confundindo lamentavelmente o que há de mais privado em matéria de interesse com aqueles supremos interesses da nacionalidade.

Além da sinceridade, é preciso analisar a autoridade que possuem os acusadores, aqueles que tomam a posição de defensores de um liberalismo econômico, de uma liberdade de iniciativa, que talvez seja perigosamente excessiva na hora presente, contrapondo-se ao suposto dirigismo do atual Governo.

Finalmente, é preciso ver a dose de razão que contém os argumentos porventura apresentados, vagamente formulados nessas acusações que são atiradas ao Governo da República, de intervir exageradamente na economia da Nação.

Comecemos por tentar precisar os termos desta discussão, já hoje um tanto bisantina, entre livre iniciativa, entre a clássica economia liberal e o dirigismo ou intervencionismo econômico. Para compreender bem como esse problema está sendo hoje encarado no Mundo de maneira mais ou menos clara, temos de fazer um pequeno retrospecto histórico, embora breve, para fixar a questão nos seus termos exatos.

Sabemos que o que se chama a livre iniciativa, da economia liberal do Século XVIII, se originou no movimento de reação social contra os privilégios excessivos do Estado, que durante todo o medievalismo e no período do mercantilismo agambarcara, em seu direito exclusivo, os lucros e as vantagens do comércio internacional dele excluindo os grupos privados, as classes produtoras. Foi como reação a esse privilégio estatal exagerado que, a partir do Século XVII, começou uma onda de revolta e independência econômica, fixada, em princípios do século seguinte, dentro das normas da chamada economia liberal. Foi, pois, sob a pressão de fatos sociais, de circunstâncias do momento que se criou a doutrina, da livre concorrência, pois, verdade é que as ciências, com suas teorias e doutrinas, não são tão independentes das contingências sociais nem das pressões do momento, como se julga. Sabemos que quando Matheus, por exemplo, começou a desenvolver sua teoria, chamada depois maltusianismo, da necessidade de controlar os nascimentos para evitar a desproporção entre o aumento das populações e o aumento da produção no mundo, ele o fez sob o aguilhão do pavor do socialismo que se iniciava na Inglaterra e no mundo. Foi sob a pressão desse fato social que se criou a doutrina maltusiana; como foi sob a pressão da necessidade de se libertar o mundo da escravidão estatal em matéria econômica, que era total durante a época do mercantilismo, que nasceu a teoria chamada do liberalismo, da livre concorrência, da iniciativa privada. Assim ela se criou, baseada, ademais, num sentido ou formulação científica, porque paralelamente, nessa mesma época, era concebida no mundo a noção da unidade cósmica, da ordem natural que fazia supor ou, pelo menos, pressupor que, ao lado das leis naturais que regem

os fenômenos físicos, devia haver também uma lei natural regendo e condicionando os fenômenos econômicos e os fenômenos sociais. Daí Adam Smith ter afirmado que para dirigir a economia de maneira certa não era necessário nenhum intervencionismo, porque havia a intervenção do que ele chamava a *mão invisível*, a mão dessa força superior, dessa lei natural, reguladora e controladora dos fenômenos de natureza econômica. Como uma mecânica celeste cujas leis regulam o Cosmos, também devia existir uma mecânica de regulação automática. Assim se verifica que nas concepções da economia liberal de um William Petty, de um Cantillon, de um Adam Smith, há muita influência dos pensadores do campo das ciências exatas. De um Copérnico, de um Galileu, de um Newton.

O Sr. Oscar Carneiro — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Um momento. Darei o aparte a Vossa Excelência logo que completar o meu raciocínio.

Entretanto, o que se verificou logo a seguir foi que essa lei natural não funcionava nos fenômenos econômicos com a precisão e o rigorismo com que funciona no campo dos fenômenos naturais, porque ao lado da chamada *mão invisível* de Adam Smith surgiu o que Wilson chamou depois o *poder invisível*, o poder dos grupos econômicos, o poder da corrupção que desmanchava, no interesse do privatismo, o que a *mão invisível* tentava arranjar, manipular e arrumar no interesse da coletividade. Daí o liberalismo ter sido superado imediatamente pelas circunstâncias, passando a ser em sua integralidade, apenas um mito, uma estrutura ideal, uma aspiração irrealizável, a Grande Ilusão da Grande Sociedade, como foi chamada a sociedade da era vitoriana.

O Sr. Oscar Carneiro — V. Ex.ª está fazendo belíssimo histórico das doutrinas econômicas. Pedi o aparte apenas para aplá-lo nesse sentido, fazendo, embora, ligeira restrição quanto ao termo que V. Ex.ª achou: "escravidão" ao Estado e à libertação pela economia liberal. Eu diria que em vez de escravidão, a intervenção do Estado no domínio do geral era contingente. Nos Estados, mesmo nos nascentes como as Ligas Hanseáticas e outros, os governos tinham poder de expansão e de apreensão dos instrumentos de produção. Eram as grandes descobertas; era a navegação; era, em suma o domínio do Estado inflexível. Agora, com o desenvolvimento da economia, naturalmente, surgiu, após o mercantilismo, a economia liberal; não como forma de libertação daquela escravidão, mas como continuidade necessária. Depois vieram as intervenções dos Estados na economia que poderemos classificar em quatro grandes intervenções, ainda pelo fenômeno da evolução. Assim, precisamente, o mundo moderno atravessada nova época, nova fase de evolução. Daí essa luta que se desenha entre os economistas liberais e os adeptos da intervenção que V. Ex.ª está defendendo muito bem, quando diz que o Presidente Juscelino Kubitschek não está fazendo intervenção clara, rígida e contraproducente na economia nacional. Era isso que queria dizer, apenas não concordando com a expressão "escravidão".

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Agradeço o aparte de V. Ex.ª. Estou de pleno acordo que foram as forças circunstanciais que criaram essa situação. Devo, entretanto, lembrar a V. Ex.ª que a escravidão, a mais integral, a escravidão do homem pelo homem, no tempo em que havia o tráfico dos escravos era, também, produto das circunstâncias. São as circunstâncias que criam os escravos e que libertam os povos.

O Sr. Oscar Carneiro — Exato.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Quando digo escravidão, falo apenas numa fase de evolução, porque o homem nunca será inteiramente livre nem nunca será inteiramente escravo. Ele está preso à realidade, as circunstâncias, mas no seu foro íntimo se rebela e se liberta de muitas de suas imposições.

O Sr. Oscar Carneiro — Não quero perturbar V. Ex.ª, mas V. Ex.ª não de convir, grande professor que é, em que até há bem pouco tempo, digamos, até o fim do Século XIX era o Direito que conduzia a Economia.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — De pleno acordo com V. Ex.ª. A palavra escravidão, no sentido em que a usou, não quer dizer uma desvalia aquela época, mas uma consequência das circunstâncias e da estrutura econômica do momento. Mas ela existia. A verdade é que, naquele tempo, as liberdades eram muito restritas.

O Sr. Oscar Carneiro — Considerado como um fenômeno inevitável, poder-se-ia, evidentemente, dar esse nome.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Perfeitamente. Como o homem tem o sentido da liberdade, quis emancipar-se, libertar-se dessa coerção, desse que tinha elementos e esses elementos foram a evolução técnica e o próprio desenvolvimento econômico, permitindo ao homem ir ao encontro de suas aspirações.

O Sr. Oscar Carneiro — Exato. O SR. JOSUÉ DE CASTRO — É a aspiração ideal que parecia a libertação total do Estado numa forma de economia chamada liberal, de livre iniciativa. Era o sentido que queria dar no meu raciocínio e por isto agradeço o aparte de V. Ex.ª.

Senhor Presidente, dizia eu: intencionalmente isso foi uma ilusão. Eram apenas belas palavras que cada vez parecem mais belas e menos práticas. Por isso, neste momento quero citar um sociólogo I. F. Stone, quando diz:

"Em negócios, como noutras esferas da atividade humana, as grandes e velhas virtudes são bonitas de dizer, mas inconfundíveis de praticar. A competição envolve risco, o empreendimento exige esforços, a iniciativa força o animal humano a sair de sua posição favorita, que é a de permanecer quieto no seu campo. Para que lutar por um mercado, quando se pode dividi-lo? Adam Smith, que conhecia bem seus homens de negócio, observa, em famosa passagem, que eles raramente caminham juntos sem armar uma conspiração, conspiração para evitar que cortem a garganta um do outro, passando a cortar juntos a garganta do consumidor. O nome dignificante para esse tipo de conspiração é um cartel".

Esta a verificação que se vinha fazendo de longa data, demonstrando que a livre iniciativa, com a liberdade integral, era incompatível com o bem-estar coletivo. Aquela frase dos antecessores de Adam Smith de que quando o indivíduo pessoalmente procurava defender os seus interesses e fazer revigorar os seus lucros, estava também defendendo os interesses e os lucros da coletividade, não se mostrou verdadeira, nem comprovada, através da evolução histórica. Daí a necessidade do intervencionismo estatal, necessidade que se foi acentuando, até chegar o momento em que ninguém tem a coragem de afirmar que reste um país no mundo onde o Estado não intervenha na sua economia. É, por que? Porque a economia é a base da estrutura social. Todos os valores que decorrem da economia são aqueles que vão consolidar, dar forma e sentido às culturas e às civilizações dos vários países do mundo.

Se o Governo se desapercebe do sentido da evolução econômica; se não interfere nessa economia, para reajustá-la no interesse do bem-estar

coletivo; se não procura padar os exageros do individualismo, dos interesses de grupos que se contrapõem ao interesse coletivo, então ele não está governando, está falsando o sentido essencial do Governo, que é o de harmonizar os interesses opostos, a fim de encontrar um denominador comum para o interesse da coletividade.

O Sr. Oscar Carneiro — Permite V. Ex.^a ligero aparte?

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Pois não.

O Sr. Oscar Carneiro — O que Vossa Ex.^a afirma e a expressão da verdade, tanto assim que após a primeira guerra mundial, quando o mundo ficou verdadeiramente surpreendido com os grandes movimentos — de um lado, o movimento do Direito Internacional e do Direito Privado, e de outra parte, o dos grandes deslocamentos econômicos pelos efeitos da guerra. Na Bélgica, houve a constituição de uma comissão para estudar, exatamente, essas formas nascentes de intervenção do Estado: o fascismo, o nazismo etc. Assim, Henri de Mann publicou um grande trabalho, o qual foi submetido à Liga das Nações, distinguindo, precisamente, o domínio da economia do domínio da liberdade individual. Ele estabelecia que a economia não deveria, evidentemente, se tornar liberta das necessidades contingentes. Todavia, para fugir às formas rígidas de um Estado interventente, determinava um precocizava que as liberdades individuais, ou seja, políticas deveriam ser preservadas, mas o Estado deveria ser interventente no regime da economia, das finanças, do desenvolvimento econômico. E aí temos que uma confirmação da doutrina social da Igreja, que recomendava uma liberdade individual baseada no espiritualismo, todavia pega e preconiza a submissão do homem não somente ao meio social, mas a um dirigismo estatal equilibrado, consciente. O raciocínio de V. Ex.^a está perfeito, coerente, e folgo em estar ouvindo uma lição de economia e finanças, ou de filosofia política de um representante do meu Estado.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Agradeço a V. Ex.^a, principalmente por ter adiantado grande parte do meu discurso. V. Ex.^a já avançou esse aspecto que queria abordar e mostrou que é compatível o intervencionismo com a liberdade. É um dos aspectos feridos em geral pelos partidários da sua iniciativa aqueles que acreditam na livre concorrência e adrogam que não deve haver intervenção para não ferir a liberdade.

Ora, basta ler tratadistas como B. Wooton cujo livro "Liberdade na planificação" tenho aqui em mãos para encontrar-se a comprovação total de que é possível intervir o Estado, sem que de modo algum se interfira ou venha a colir a liberdade pública, no interesse da coletividade.

Cito outros autores, como por exemplo George Steiner, Professor da Universidade de Illinois, que diz que, ao contrário, o dirigismo estatal permite para cada um, maior quota de liberdade do que o regime da livre iniciativa, que é de privilégio para grupos que podem interferir indiscriminadamente na economia do país, no seu interesse, no interesse particular, e não no da coletividade.

Há quem diga que o dirigismo corresponde ao totalitarismo, à perda de liberdade. Alega-se, então, o fato de ter sido dirigista a economia fascista dos tempos de Hitler e de Mussolini; e que a planificação e o dirigismo soviético correspondeu, na fase staliniana, à perda da liberdade nacional. Trata-se de mera coincidência, na qual não se pode ver correlação de causa e efeito. Sobre o caso, deseja citar o exemplo dado pelo professor Steiner, da Universidade de Illinois: "No mês de junho, na Europa, há muitos casamentos e aparecem formigas. Como atribuir uma relação de

causa e efeito, de casualidade, entre amebas as ocorrências no continente europeu?" O mesmo se dá em relação ao dirigismo e ao totalitarismo.

Muitas vezes dirigir sabiamente a economia constitui a forma mais sábia de defender as prerrogativas democráticas. Não procede portanto a alegação dos perigos de uma socialização do Brasil, à la Stalin. Não há nada disso, mas apenas um subterfúgio para defender alguma coisa superada.

Infelizmente, não tenho tempo para desenvolver aqui toda a história do tracasso da economia liberal.

O Sr. Oscar Carneiro — É penal O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Peço a V. Ex.^a não discutirmos mais o aspecto teórico, porque temos de tratar de alguns aspectos práticos da mais alta relevância para o atual momento brasileiro.

Desejo declarar entretanto desta tribuna, que já é tempo de desmistificar, de acabar-se com mitos sem conteúdo substancial. A chamada livre iniciativa é uma bela expressão, uma bela pele, uma bela casca, cujo conteúdo foi comido, através dos tempos, e está hoje carunchado, apodrecido, inteiramente desfeito pela evolução econômica natural.

Nenhum país do mundo tem livre iniciativa. Tomo, para exemplo, o campeão da livre iniciativa, os Estados Unidos da América do Norte, a fim de mostrar não somente o alto grau de intervencionismo ali reinante, mas para provar também que a grandeza econômica dos Estados Unidos não é devida, como pensam alguns em exclusivismo radical, à livre iniciativa, mas a uma feliz associação da intervenção pública, realizando os trabalhos públicos que criaram o clima ideal, preparando o país a ação reprodutiva da economia privada.

São de uma crítica inglesa autorizada, Francis Trollope citada por Nulrse no seu livro "Problemas de formação de capital" as seguintes palavras que escreveu em 1832: "Não há nada no caráter nacional dos norte-americanos que mereça tanto respeito como a intrepidez, e energia com que empreendam e realizam as obras públicas". Aí está o exemplo do Estado através da aplicação do capital social intervindo na expansão econômica para preparar o terreno de seu desenvolvimento.

Não é fora de propósito referirmos também ao fato de que os Estados Unidos sempre foram os campeões do protecionismo tarifário, sendo todo o comércio norte-americano com outros países, praticamente baseado nesse protecionismo. E quando os Estados Unidos da América, nos congressos internacionais, principalmente, das Nações Unidas, advogam o livre comércio, o fazem para inglês ver, porque na verdade, nunca nenhum país foi mais contrário ao livre comércio do que os Estados Unidos, que cercavam, por todos os modos, o comércio, no sentido da defesa e da expansão da produção norte-americana. A livre circulação das mercadorias preconizada por Wilson e mais recentemente por Roosevelt não passava de tiradas líricas, sob a insinuação da quele aforisma do velho Kant, de que o livre comércio constitui um antídoto para as guerras.

Não se venha, pois, com a história de que os Estados Unidos são um país de livre iniciativa, porque, então, eu diria que o que temos a fazer no Brasil é um tipo de economia de livre iniciativa à norte-americana, que é um dirigismo no sentido total da defesa nacional, é um dirigismo nacionalista, um dirigismo no interesse da coletividade.

Sabemos que a organização das Nações Unidas tenta, em esforço hercúleo, vencer esses obstáculos e essas resistências criando as condições favoráveis a um comércio internacional livre, através de uma série de intercâmbio comercial de reuniões tarifá-

rias. Em 1945, em Londres, depois em Nova York, depois em Genebra e depois na famosa reunião de 1948, em Havana, tentou-se essa a carta internacional das tarifas, para facilitar o comércio internacional. Mas, conforme revela de maneira acere, um grande sociólogo e historiador norte-americano, o Prof. Frederick Schuman.

"As qualificações, as exceções, as cláusulas escapatórias no documento traduzem bem que o objetivo era uma aspiração obsoleta, mais do que uma realidade viva. A medida da auto-decepção implicita em tais rituais encontra-se no fato de que o campeão oficial do comércio livre, os Estados Unidos da América, têm não somente continuado a praticar o mais extremo protecionismo, através de uma variedade de esquemas de restrição especial, mas têm vencido todos os seus rivais, ao fazer do comércio internacional, menos uma fonte de riqueza e bem-estar social para o mundo que uma arma de política e de estratégia".

Portanto, se os países fortes, como os Estados Unidos, se defendem através do seu dirigismo econômico, o que não dizer da necessidade de se defenderem os países fracos, os países marginais do grande eixo econômico predominante no mundo, aqueles que estão ainda numa dependência econômica mais intensa da política econômica internacional.

Dai a necessidade de que esses países não se dêem ao luxo suicida da livre iniciativa descontrolada, onde a economia privada verdadeiramente vai ser esmagada — e desta vez o termo não pode ser outro, eu insisto, e por isso é que usei, antes, o vocábulo esmagado — eu insisto, e por cravidão — escravizada pelo capital estrangeiro, pelos trusts internacionais. Porque a verdade, como disse Nulrse, é que o desenvolvimento econômico das regiões subdesenvolvidas só se pode fazer com o afluxo grande de capitais para essas regiões. O capital e um ingrediente essencial, mas não suficiente. É preciso alguma coisa mais do que capital. Não adianta um grande afluxo de capital para ser discriminadamente aplicado, porque ele perturbará mais, do que ajudará o verdadeiro desenvolvimento econômico das regiões subdesenvolvidas. O problema fundamental dos países subdesenvolvidos é o do critério de seus investimentos. O verdadeiro desenvolvimento social depende de um critério firme, no sentido do bem coletivo e da harmonia desse crescimento econômico. O desenvolvimento econômico-social depende mais das poupanças internas que deverão ser reinvestidas do que do afluxo de capital estrangeiro, que, na verdade — esta é a verdade dos fatos — se vai tornando cada vez mais míngua, cada vez mais exiguo para as regiões subdesenvolvidas do mundo. Dai o liberalismo ser, hoje, no mundo e para as regiões subdesenvolvidas, em particular, um mito, sem vivência, inteiramente superado pela realidade. E por isso é necessário deixarmos de fazer mitologia, como deixaram de fazê-lo outros países que despertaram do seu colonialismo com a consciência dessa realidade e se rebelaram contra a política de economia colonial, exigindo uma política de cooperação internacional, libertando-se da escravidão do capital internacional e criando dentro deles uma consciência de defesa da riqueza nacional.

Aí, então, chegamos a um ponto crucial. Desafio que alguém apresente a defesa desse liberalismo incondicional. O que é necessário é precisarmos os limites do intervencionismo, para não colir as liberdades e para não perturbar o ritmo de expansão natural, o fenômeno natural não pode ser violentado; deve ser alentado,

ajudado, complementado e não transformado pela vontade, individual, nem por decretos, nem por outras intervenções, que se tornam inoperantes na evolução natural de uma economia.

O Sr. Gabriel Passos — V. Ex.^a, na sua magistral exposição, está desenvolvendo conceitos que não podem, honestamente, ser refutados e chegou à conclusão de que o próprio dirigismo, assim como o intervencionismo, deve ser limitado, sofrer em tantas limitações. É preciso que se reconheça que a realidade brasileira já adotou, na prática, essa teoria. V. Ex.^a há de ter notado que todos esses organismos que agora se batem pela livre iniciativa foram os mesmos que pleitearam a criação do Instituto do Café, do Açúcar e do Alcool, do Mate, do Pinho e tudo o mais, e os mesmos que quiseram a encampação das ferrovias pela União. Quando determinada atividade dá prejuízo, deve ser encampada, sobre ela deve exercer-se a maior intervenção do Estado; quando, porém, é lucrativa, como no caso da Petrobrás, não deve existir a intervenção, para que a livre iniciativa fique com os lucros.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — V. Ex.^a, com seu magnífico aparte, deu resposta àquela interrogação inicial do meu discurso: — Haverá realmente autoridade por parte dos acusadores? V. Ex.^a acaba de demonstrar que não. Não têm autoridade, porque são intervencionistas na hora em que o interesse intervencionista é a seu favor e são da livre iniciativa quando esta lhes é favorável. O que são, antes de tudo, é do interesse privatista, individual: são oportunistas, no melhor sentido, quando a oportunidade não lhes sorri, eles se antepõem à oportunidade, através de subterfúgios, desviando e torcendo a realidade dos fatos com ócios verbalismos.

Ora, o que é necessário, dizia eu, é fixar o limite da intervenção. Qual o limite? O do custo social do desenvolvimento econômico. Não pode haver nenhum desenvolvimento econômico sem um custo a ser pago pela coletividade. O limite desse custo está no conceito do tolerável ou do intolerável. Se o custo é tolerável, é benéfico à coletividade, porque ela sobrevive, consolidada pelas leis e pela instituições e o progresso se faz. Se é intolerável, vem a revolta, a agitação e o progresso não se realiza num clima de convulsão social.

Pergunto eu: — Há no Brasil uma situação de intolerabilidade pelo desenvolvimento econômico-social em andamento, através dos programas e das metas preconizadas pelo Sr. Juscelino Kubitschek? Não é verdade que exista. De maneira que o custo que está sendo pago é um custo tolerável. Haveria, portanto, uma premissa. Não há nenhum dirigismo indêbita, nocivo, que esteja asfixiando nossa economia. Tenho a impressão de que o problema deve ser posto em outros termos.

O Sr. Aurélio Vianna — Nobre Deputado, já fiz, certa vez, uma pergunta que não obteve resposta. Fa-la-ei novamente a V. Ex.^a, desta feita. O Governo atual é responsável pela intervenção estatal na economia deste País? Em que ponto? Através de que lei, de que iniciativa? Tentamos provar, da tribuna que V. Ex.^a com a proficiência habitual, ocupa neste momento, que, ao contrário, o Governo atual vem sendo acerbamente criticado pelos diversos grupos nacionalistas que debatem no campo das idéias, de estar fugindo, em muitos e determinados pontos, ao intervencionismo estatal. Logo, é admirável a campanha que se faz hoje, acobertando-se algo que conhecemos, ao mesmo tempo que desconhecemos...

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — E que eu direi desta tribuna se V. Ex.^a permitir.

O Sr. Aurélio Vianna — ... e que V. Ex.^a irá dizer, ao certo, no momento azado.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Agradeço o aparte sumamente valioso pela independência de pensamento, de idéias e de atitudes de V. Ex.^a

O Sr. Aurélio Vianna — Obrigado a V. Ex.^a.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Mas, diga eu, o Presidente da República, longe de ser intervencionista, é, a meu ver, um homem mais de tendência para a iniciativa privada. Tanto assim que, como candidato à Presidência da República, já fazia declarações, nas suas Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento, onde se encontram as seguintes palavras, nas páginas 14 e 15:

“Creio que o desenvolvimento orientado de nossa economia não deve ser consequência do propósito único de aumentar o grau de intervenção do Estado, mas de visar, antes, a substituir a intervenção esporádica e desordenada do Estado, pela formulação de um programa orgânico, dentro do qual a iniciativa privada conheça as metas gerais que o desenvolvimento econômico exige e os incentivos que o Estado está disposto a proporcionar. Para esse fim, o programa de Governo que me proponho a realizar, prevê, inicialmente, a adoção de um “Plano Nacional de Desenvolvimento”, no qual se determinam os objetivos e as condições necessárias para que a iniciativa privada nacional, com o auxílio do capital estrangeiro e a eficaz assistência do Estado, possa realizar a grande tarefa de nosso desenvolvimento e emancipação”.

Ao candidato se segue o Presidente eleito, que não mudou de idéia, tanto que, na primeira Mensagem mandada ao Congresso, dizia:

“O programa ideal de Governo seria aquele que tendesse a tornar dispensável a intervenção do próprio Governo em variados setores da economia. Na impossibilidade de atribuir-se, no momento, à livre empresa, a responsabilidade de todos os investimentos essenciais ao fortalecimento de nossa capacidade de produção, deve o Governo cumprir a ação de investidor supletivo. Deve fazê-lo, todavia, com equilíbrio e critério, restringindo-se à eliminação dos pontos de estrangulamento da atividade econômica e, em alguns casos, à missão de pioneiro na introdução de novas técnicas e novas indústrias pouco atraentes para os capitais privados”.

E, na segunda Mensagem, de 1957, voltava à mesma coisa, afirmando:

“Através do estabelecimento de prioridades; da concentração de recursos governamentais em projetos de base; do abandono de investimentos de interesse meramente político; da divisão adequada de tarefas entre a iniciativa privada e a pública — que devem colaborar e não competir uma com a outra — é possível multiplicar a produtividade de um dado nível de investimentos, sem qualquer despendio adicional de recursos e, portanto, sem maior pressão inflacionária.

Pergunto à Casa se algum Deputado pode apresentar o exemplo de uma Mensagem mandada pelo Sr. Juscelino Kubitschek à Câmara, pedindo algum intervencionismo, alguma expansão dos poderes intervencionistas do Estado na economia. Nenhuma mensagem foi enviada neste sentido. Para aqui vieram, isto, sim, mensagens como a que visava criar a Rede Ferroviária S. A., tirando do Estado algumas das estradas de ferro que dão “deficit” para conferir-lhes estrutura de formação privada. Foram mensagens pedindo para intensificar a possibilidade de atração dos capitais para setores pouco atraentes, como o da eletricidade, melhorando a rentabilidade desses capitais

através de tarifas que permitam rendimento de doze por cento para os mesmos. E é preciso frisar que esses capitais são em sua maioria estrangeiros. Os investimentos em eletricidade no Brasil, nessa zona, por exemplo, chamada do comércio organizado no triângulo Rio Grande do Sul-São Paulo-Rio, são representados em noventa por cento por capitais estrangeiros, e o Sr. Presidente da República pede a este Congresso melhoria de condições para proteção desses capitais.

Pergunto, então: onde está a raiz dessa campanha? Tem algum fundamento, algum sentido real? Não. Ela oculta alguns outros objetivos que desejo neste momento denunciar nesta tribuna, denúncia que é quase supérflua, porque todos os meus ilustres colegas, com consciência, sabem a origem dessa campanha e quais os objetivos visados.

O Sr. Aurélio Vianna — Conceito sobre a iniciativa privada que acaba de ser ratificado e reafirmado por S. Ex.^a o Sr. Presidente da República em São Paulo, quando se declarou solidário com o Sr. Jânio Quadros pelas declarações prestadas à imprensa do País pelo Governador paulista contra a iniciativa estatal e plenamente favorável à iniciativa privada.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Agradeço a V. Ex.^a.

Em continuação devia dizer, por um ato de justiça, que quem estabeleceu a intervenção estatal, no interesse da coletividade brasileira, no campo da economia, foi Getúlio Vargas. Foi no Governo de Getúlio Vargas que se estruturou uma política econômica de intervencionismo, agindo em setores onde até então os capitais privados não tinham tido o menor interesse porque a sua rentabilidade não era compensadora.

O Sr. Aurélio Vianna — Foi mais o Congresso do que o próprio Presidente Vargas.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — E foi graças a essa iniciativa, foi graças a essa política que surgiu na superfície do solo brasileiro a primeira gota do petróleo, que nunca apareceria se fossemos esperar a livre iniciativa dos amantes da livre concorrência para seu interesse exclusivo. (Palmas).

Dentro desse sentido vemos que essa política intervencionista foi mais salutar do que nociva. Foi ela que nos deu Volta Redonda, que criou no Brasil a siderurgia e fez brotar o petróleo, bases para a indústria pesada, através das quais poderá o Brasil lograr estágio mais elevado de sua evolução econômica.

O SR. PRESIDENTE — Atenção! O tempo de V. Ex.^a já está ultrapassado.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Solicito que V. Ex.^a, Sr. Presidente, generosamente me conceda mais uns poucos minutos para ultimar minhas considerações.

Devo dizer, pois, que, a meu ver, toda essa campanha tem como base um movimento de estratégia oculta promovido por grupos econômicos fortes que, não tendo conseguido, através das pressões econômicas — e quem tenha dúvidas sobre o problema das pressões econômicas, que leia a obra de Schattschneider — Política, Pressão e Tarifa, onde ele demonstra até que ponto as pressões econômicas se exercem no âmbito do Governo — não tendo conseguido, dizia, a aquiescência do Governo para mobilizá-lo no sentido de seus interesses, começaram a se inquietar nesta hora de emancipação da economia brasileira, em que o Brasil se insere no panorama da economia do mundo, disputando um lugar ao sol.

É claro que os trustes e cartéis que defendem certos setores até há pouco intocáveis, mas que hoje são dilacerados pela política do sadio nacionalismo de vários países, se sentem

ameaçados e querem tomar posição defensiva, antes que surjam os fenômenos que os vão eliminar dessa concorrência desleal de um capital que não é reprodutivo, mas apenas especulativo. Assim, o que se processa no momento é apenas um terrível descontentamento daqueles que não se sentem apoiados pelo Governo, que não se sentem ajudados nas suas pretensões contra o interesse nacional. O problema gira essencialmente em torno do petróleo, não do petróleo combustível, não do petróleo fonte de energia, porque em breves anos o petróleo estará superado nesta forma, mas do petróleo matéria-prima para uma série infinita de produtos industriais. É a petro-química, o uso do petróleo para essas indústrias que se instalam no País às pressas e que querem defender o petróleo como matéria-prima, fazendo dele o substituto do café, produto de economia colonial, para nos manterem esmagados dentro do colonialismo, fazendo do petróleo, como do café, simples produto primário, para ser transformado no interesse desses grupos internacionais e não no da economia do País.

É isso, ao lado do projeto da Eletrobrás, que também ameaça os privilégios adquiridos, que os assusta e faz com que se unam para pressionar mais o governo e obter, através das pressões e ameaças, aquilo que não conseguem pela persuasão, nem pela lógica, porque o raciocínio não os ajuda ao se contraporem aos interesses nacionais. De forma que o que vemos hoje traduzido nesta campanha é a desilusão dos trustes internacionais e dos seus subsidiários no Brasil que a financiam. A indústria brasileira, os verdadeiros industriais brasileiros não estão nesta campanha, pois sabem que estão sendo prejudicados, esmagados pelos trustes. Estão nela uns poucos ingênuos desejosos de publicidade, outros por desconhecer o que estão dizendo e outros mais idéias preconcebidas de forçar os fatos em proveito de seus próprios interesses, de desmoralizar o governo e criar um clima de agitação.

O Sr. Odilon Braga — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Se for breve, para atender à advertência do Sr. Presidente.

O Sr. Odilon Braga — Será breve. É para dizer que V. Ex.^a, a meu ver, tocou no ponto nevrálgico de toda esta campanha, quando se referiu ao temor dos interessados em perder o mercado interno. O que interessa a eles é manter em toda a sua plenitude a possibilidade de exploração do mercado interno, porque nós estamos aparelhando para, com os nossos próprios recursos, tirar partido dessa possibilidade. Desfechar, então, essa tremenda campanha que aí está.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Tem razão V. Ex.^a. Eu diria isso com a imagem de um amigo meu um dos mais agudos analistas da situação política e social brasileira, o qual afirmou que esta campanha se desarticulou da pequena varanda que se deixou aberta na construção do edifício da Petrobrás. Esta varanda aberta foi a exploração dos derivados do petróleo. Desta varanda e dos lucros espetaculares que aí se arranjam é que hoje se ameaça agredir o edifício inteiro do monopólio do petróleo do Brasil. Daí se originou a campanha altamente suspeita para a consciência nacional, que não se deixa mais iludir por essas aparências e manipulações. (O Sr. Presidente faz soar os timpanos).

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Vou acabar, Sr. Presidente.

O que se nota é a desilusão, portanto, desses trustes que, querendo agir através da técnica das pressões, pretendem controlar por todos os meios o Governo, coagindo-o para decidir em favor dos interesses deles.

Felizmente, o Governo está atento a esse conceito de que controlar as pressões é que é governar; de que deixar essa pressão crescer até o seu descontrole é abdicar. Nós, que esmagamos o Sr. Juscelino Kubitschek, estamos crentes, e temos razão de creir, que S. Ex.^a não abdicará. Amanhã os nobres Deputados verão, num documento do grupo nacionalista desta Câmara, que será lido nesta tribuna pelo meu eminente colega Bento Gonçalves, os pontos de vista desse grupo, no sentido de defender o interesse nacional.

O Sr. Monteiro de Barros — Vossa Ex.^a permite um aparte?

O SR. JOSUÉ DE BARROS — Tem o aparte V. Ex.^a, desde que seja breve.

O Sr. Monteiro de Barros — Nobre Deputado, esta manhã, com grande surpresa, li no “Diário Carioca” entrevista do ilustre Líder da Maioria, Sr. Vieira de Melo, em que, interpelado a respeito do documento que vai ser lido amanhã, S. Ex.^a o qualifica de “galatic”. Ora, nobre Deputado, tenho dúvidas de que S. Ex.^a tenha lido esse documento ou, se o leu, não o terá feito com a necessária atenção para alcançar-lhe a profundidade e, sobretudo, a gravidade.

Trata-se de uma exposição em que, antes de criticar e de enunciar qualquer oposição ao Governo, um grupo de Deputados, que já orça pela casa dos ofenta, oferece a este Governo um estudo leal, sincero e, ao mesmo tempo, a sua coberura e o seu esforço dentro do Parlamento alcançar determinados objetivos que esse grupo de 80 Deputados reputa essenciais partindo então, Senhores Deputados, qualificar de galatic um documento desta natureza, partindo o epíteto da boca, exatamente, do nobre Líder da maioria? São 80 Deputados liderados todos de S. Ex.^a, porque da Maioria, que não vieram para esta Casa a fim de trazer para este recinto palhaçadas ou galaticas. Não se deve qualificar assim um documento cuja leitura oficial nem sequer foi feita e que não contem o mais leve resquício, o mais tênue esboço de oposição ao Governo da República, do qual S. Ex.^a é o Líder. Quero deixar consignado aqui pelo menos a minha palavra, o meu protesto, porque, signatário do documento, com a responsabilidade que tenho tido na vida pública, não vira para esta Casa, com o voto de mais de 20.000 paulistas fazer galatic no Parlamento Nacional. (Muito bcm. Palmas).

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — É mais do que procedente o aparte de V. Ex.^a. Caso isto seja verdade, V. Ex.^a terá minha integral solidariedade no protesto que faz, porque sou também um dos signatários do documento. Mas devemos aguardar o pronunciamento do Líder, para verificar se realmente S. Ex.^a assim se referiu ao nosso documento.

Para terminar, devo dizer que tenho a impressão de que o Governo não se deixará intimidar por essa pressão, que ele controlará e defenderá o interesse do povo. Se esses homens do truste internacional desejam ter um Presidente para resolver os problemas de sua conveniência, que elejam outro mandatário no próximo período presidencial, se o puderem, o que não farão, certamente, com campanhas dessa natureza, que não encontram nenhum eco na consciência popular.

O Governo atual conta com o povo, para defender os interesses desse povo; conta com as Forças Armadas, alertas na defesa da integridade nacional, e não poderá haver defesa nacional, sem uma independência e uma intervenção estatal nos setores de base estratégica para essa defesa.

Contando com essas forças, o Governo poderá reagir, superar a crise e vencê-la, porque esse é um governo eleito pelo povo e não um governo eleito pelos trustes para manipular os

interesses econômicos contra os interesses do povo. *(Muito bem. Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).*

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Último de Carvalho.

O SR. ÚLTIMO DE CARVALHO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Deputados, há poucos dias esta Casa rejeitou a proposição que estenda a aos trabalhadores rurais a legislação trabalhista. Isto era esperado, porque, apesar de constatar a importância de um substitutivo da lavra de representantes de todos os partidos com assento na Câmara Federal, os conservadores desta Casa pouco desejo demonstraram de abandonar sua posição para buscar outras metas.

Não resta a menor dúvida de que a decisão tomada pelos eminentes pares, enquanto respeitável, não foi ao encontro dos interesses dos nossos homens do campo, porque furtou-lhes o direito a uma legislação por todos nós estudada, proveitosa à gleba rural capaz de levar ao homem do interior a assistência de que tanto carece.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, se essa decisão é coisa julgada, não podemos, de forma alguma, permanecer indiferentes à sorte daqueles que caíam as mãos trabalhando para a coletividade.

Precisamos volver nossas vistas para a gleba; precisamos levar ao homem do campo aquele amparo que não está faltando aos trabalhadores da cidade; precisamos dar aos nossos patriotas do interior um pouco do conforto com que contam os trabalhadores urbanos, porque, assim estaremos zelando pelos nossos próprios interesses, pelos interesses daqueles que residem na cidade.

Se compulsarmos o Anuário Estatístico de 1956, ficaremos tristes com os dados ali contidos, que espelham o abandono em que se encontra a nossa zona rural, o êxodo do homem do campo em busca de outros centros, com evidentes prejuízos para a economia do País.

Como podemos, pois, uma vez rejeitada a proposição que amparava o homem do campo, silenciar diante desse espetáculo deplorável em que vive o trabalhador rural — por que não dizer — escravo em sua própria pátria, escravo daqueles que não sabem muitos deles compreender a grandiosidade do trabalho da gleba, escravos de uma legislação peremota, que não condiz mais com o estado de adiantamento do povo brasileiro?!

Por outra proposição, queremos volver as vistas para nosso interior, sustentáculo de nossa economia.

No tocante à produção dos centros agrícolas do País, vemos que, em 1940, 11.343.415 brasileiros dedicavam-se ao trabalho no campo; em 1950, porém, apenas 10.966.834 homens entregavam-se aos serviços rurais. Vale dizer: em dez anos, 1.400.000 cidadãos em número redondo abandonaram a lavra das terras e transferiram-se para as cidades.

Se levarmos em conta o crescimento da população brasileira, nesse período, foi de 10.852.000 habitantes e fizermos as deduções devidas, considerando ainda que 63% da nossa população vive na zona rural e que, essa porcentagem, a terça parte é constituição de homens que exercem trabalho manual no campo, chegaremos a esta cifra que espantará a todos nós, em dez anos, mais de três milhões de trabalhadores rurais partiram do campo em demanda da cidade.

F pergunto: — Por que esses três milhões de trabalhadores rurais, em dez anos, conforme dizem as estatísticas, deixaram o campo em busca de cida-

de? Porque a legislação trabalhista assiste o homem da cidade, mas nega qualquer auxílio ao homem do campo. E este desamparado a descoberto de qualquer proteção, se vê na contingência de migrar na própria pátria, como esses bandos de aves em busca de outros verões. Tal migração está perfeitamente demonstrada no referido Anuário Estatístico de 1956.

Chamo a atenção dos eminentes pares para estas cifras, que são de impressionar: enquanto em 1940, o país contava com 49.085.464 hectares de terras e matas, em 1950 esse número passou a 55.999.081; enquanto, em 1940 29.296.493 hectares eram ocupados por terras incultas, em 1950 essa extensão de terra alcançava 34.310.721 hectares. Em 1940, 12.361.127 hectares eram ocupados por terras improdutivas; em 1950, esse número era elevado para 15.173.204 hectares.

Ora, esse cômputo, que abrange terras incultas, matas e terras improdutivas, é uma demonstração de que há verdade nos dados estatísticos referidos, quanto ao êxodo dos campos. Os homens abandonaram a gleba, que se tornaram incultas e improdutivas.

Outra prova, Sr. Presidente e Srs. Deputados, destes dados que extraímos de publicações oficiais, está na nossa produção agrícola destinada a exportação. O algodão em pluma, em 1938, foi cultivado em 2.350.159 hectares, e sua produção alcançou 438.628 toneladas.

Em 1955 peço a atenção da Casa — a área de algodão cultivada foi de 2.617.088 hectares, e a produção de 428.474 toneladas. Enquanto a área cultivada aumentou, a produção diminuiu.

Vejam os outros produtos de exportação.

O cacau. Em 1938, foram cultivados 180.909 hectares e a produção foi de 141.839 toneladas; em 1955, os 388.297 hectares cultivados produziram 157.921 toneladas.

Quanto ao café, em 1938 foram cultivados 2.492.364 hectares, com uma produção de 1.404.143 toneladas, em 1955, foram cultivados 3.265.541 hectares e a produção atingiu 1.369.759. Baixou a área cultivada e baixou a produção.

O Sr. Carlos Pinto — A que conclusões quer chegar V. Ex.^a com esses números?

O SR. ÚLTIMO DE CARVALHO — Já que V. Ex.^a não percebeu — talvez porque não tenha acompanhado o meu raciocínio — devo dizer que minha conclusão é esta: a zona rural está sendo abandonada pelos trabalhadores.

O Sr. Carlos Pinto — Abandonada, por que?

O SR. ÚLTIMO DE CARVALHO — Os trabalhadores fogem das zonas rurais para as cidades, conforme demonstrei. Pelo Boletim Estatístico em 10 anos, 3 milhões de trabalhadores rurais abandonaram a gleba rumando para a cidade.

O Sr. Carlos Pinto — Não apenas os trabalhadores. Os proprietários também abandonaram os campos, em busca das cidades. O motivo dessa fuga de trabalhadores e proprietários rurais é outro muito diferente, e V. Ex.^a bem o conhece.

O SR. ÚLTIMO DE CARVALHO — Muito bem. Há apenas uma diferença, o trabalhador rural vai para a cidade procurando trabalho, o fazendeiro busca a cidade a cata de descanso, coisa completamente diferente.

O Sr. Carlos Pinto — V. Ex.^a não está sendo justo.

O SR. ÚLTIMO DE CARVALHO — Falo de modo geral, não quero individualizar, nem me referir a V. Ex.^a.

O Sr. Carlos Pinto — O motivo que leva o trabalhador rural ou o proprietário rural a se mudar para a cidade é um só, mas muito outro: a cidade oferece emprego público fácil, assistência de graça à saúde, porque os ins-

títutos de previdência, esta coisa que está falida...

O SR. ÚLTIMO DE CARVALHO — Concordo com V. Ex.^a.

O Sr. Frota Aguiar — Dai a vantagem da reforma agrária.

O Sr. Carlos Pinto — ... só funciona no asfalto. Também no asfalto são de graça as escolas. Esse o motivo que traz o trabalhador da agricultura e até mesmo o proprietário agrícola para o Rio de Janeiro. Porque lá o proprietário rural mesmo pagando, não tem como curar suas doenças, como educar os filhos e, grande parte deles não tem meios de arranjar um empreguinho, embora o Congresso Nacional, a Câmara ultimamente não tenha feito outra coisa senão dar emprego e distribuir o dinheiro do Tesouro.

O SR. ÚLTIMO DE CARVALHO — Concordo em parte com V. Ex.^a Com isso, porém, o nobre colega não anulou os algarismos do Anuário Estatístico: "Três milhões de trabalhadores rurais abandonaram os campos e vieram para as cidades..."

O Sr. Carlos Pinto — E o resto ainda virá... Teremos de colher feijão, arroz e criar bois na Avenida Central, ou na Praia de Copacabana, para V. Exas. comerem. Vamos plantar feijão no asfalto...

O Sr. Miguel Leuzzi — Permitam, nobres Deputados, que esclareça a ambos nesta questão do trabalhador rural e também do proprietário rural. O que falta neste País é medida que fixe exatamente o homem ao solo e que garanta a propriedade do solo. O trabalhador precisa é de uma política de fixação do homem ao solo, uma condição social e econômica diferente daquela que no momento ele está usufruindo. O proprietário da terra necessita é de uma diretriz política, social e econômica em relação à manutenção da gleba com financiamento adequado e simples. Esta, a situação que o Brasil atravessa, no momento.

O Sr. Frota Aguiar — Então, votemos a reforma agrária, que acaba com tudo isto.

O SR. ÚLTIMO DE CARVALHO — Sou muito grato ao aparte do nobre Líder do Bloco Ruralista. A minha estada nesta tribuna não tem outro propósito. Efetivamente, alguma coisa precisa ser feita. Mas há um mal, nesta Casa.

O Sr. Carlos Pinto — É só V. Ex.^a aconselhar o Governo a dar assistência ao homem do campo.

O SR. ÚLTIMO DE CARVALHO — Mas o Governo não é legislador; o legislador é V. Ex.^a que rejeitou um projeto e não apresentou outro. O mal desta Casa é que aqui só há mestres de obra feita. São contra certas obras mas não constroem outras em seu lugar. Por que V. Ex.^a não apresentou um projeto de lei que resolvesse o problema?

O Sr. Carlos Pinto — Porque nada adiantaria. Se eu apresentar aqui um projeto que conceda pensão à irmã de uma viúva, ou um auxílio para uma festa na roça, V. Ex.^a na Comissão de Finanças, darão parecer favorável. Mas a um projeto para beneficiar o homem do campo, V. Ex.^as dão parecer contrário.

O SR. ÚLTIMO DE CARVALHO — Mas eu dei parecer favorável, substituí o substitutivo, e V. Ex.^a no entanto, liderou o trabalho nesta Câmara para derrotar a Maioria; Por que, então, V. Ex.^a não apresentou, emenda, um substitutivo uma proposição qualquer no sentido de resolver o problema do homem do campo? V. Exas. falo em tese e seria incapaz de dirigir-me diretamente ao meu ilustre colega, Deputado Carlos Pinto — nesta Casa, com as honrosas exceções de sempre, só cuidam de destruir e não de construir.

O Sr. Carlos Pinto — V. Ex.^a não me inclui nesse número...

O SR. ÚLTIMO DE CARVALHO — Absolutamente. V. Ex.^a sempre constrói para o lado dos fazendeiros (Risos) Eu seria incapaz de dizer isso. Nobre Deputado, uma vez rejeitado o projeto que estendia a legislação trabalhista ao homem do campo, que competia a V. Ex.^a...

O Sr. Carlos Pinto — V. Ex.^a está alheio ao assunto.

O SR. ÚLTIMO DE CARVALHO — Deixe-me concluir.

O Sr. Carlos Pinto — Já tivemos entendimento com o Sr. Deputado Fernando Ferrari, que é um idealista, neste problema. Vamos redigir juntos um projeto para apresentá-lo à consideração dos Srs. Deputados.

O SR. ÚLTIMO DE CARVALHO — O Deputado Fernando Ferrari, pela primeira vez, vai ser embrulhado...

O Sr. Miguel Leuzzi — O nobre Deputado Carlos Pinto faz neste momento uma afirmação que é endossada por nós.

O SR. ÚLTIMO DE CARVALHO — V. Exas. nesse entendimento, entregaram ao Deputado Fernando Ferrari alguma sugestão ou estão em conversa?

O Sr. Carlos Pinto — Estamos discutindo.

O SR. ÚLTIMO DE CARVALHO — Com quem?

O Sr. Carlos Pinto — O assunto é de alta complexidade.

O SR. ÚLTIMO DE CARVALHO — É por escrito que se discute, com proposta objetiva e não com conversa.

O Sr. Carlos Pinto — V. Ex.^a verá o projeto por escrito. Ele não vai ser feito em cima da perna, como o de cuja leitura V. Ex.^a participou.

O Sr. Fernando Ferrari — O nobre orador permite?

O SR. ÚLTIMO DE CARVALHO — Com muito prazer.

O Sr. Fernando Ferrari — Acho que, desta vez, V. Ex.^a pode conciliar. Estou com esperança enorme de ganharmos esta parada. Peço a V. Ex.^a que abra um crédito de confiança aos nossos eminentes líderes do Bloco Ruralista, porque S. Exas. estão certo, pretendem reabilitar-se perante nós...

O Sr. Miguel Leuzzi — Perdão...

O Sr. Fernando Ferrari — ... disse mal — perante a Nação brasileira. Acho, sinceramente, que V. Ex.^a pode dar esse crédito de confiança. Notel, de uns dias para cá extrema boa vontade da parte dos líderes do Bloco Ruralista, e, como creio nos homens, espero que S. Exas. nos ajudem a prestar este serviço ao campo brasileiro.

O SR. ÚLTIMO DE CARVALHO — Muito grato pelo aparte de V. Ex.^a. Eu também pertencerei ao Bloco Ruralista. Sou produtor, tenho propriedade agrícola e empregados.

O Sr. Carlos Pinto — Mas, diz o Deputado Adauto Cardoso que V. Ex.^a cuida do Cartório, não da propriedade...

O SR. ÚLTIMO DE CARVALHO — O cartório é uma das minhas atividades. Veja V. Ex.^a que espécie de agricultor eu sou: para poder ser bom patrão, sou tabelião. Porque, se não o fôsse, não podia ser bom patrão. Seria o que V. Ex.^a é.

O Sr. Carlos Pinto — Que sou?

O SR. ÚLTIMO DE CARVALHO — Um patrão com certas reservas. Quer que eu diga quais as reservas?

O Sr. Carlos Pinto — Sou fazendeiro, e nada mais, na vida. Por duas vezes fui eleito Deputado Federal. Devo afirmar a V. Ex.^a que nunca aceitei empréstimo público ao favor de qualquer político, nem trator pelo Banco do Brasil.

O SR. ÚLTIMO DE CARVALHO — V. Ex.^a é que é feliz!...